

Nietzsche e a má consciência do seu tempo

Jasson da Silva Martins*

Resumo

Nietzsche é um crítico apaixonado pela controvérsia. O objetivo da sua filosofia não é construir altares, mas destruir ídolos e ideais. Ele tornou-se aquilo que desejou ser: a má consciência do seu tempo. Este é o desafio que a sua obra apresenta. Na tentativa de fazer esse “diálogo” entre religião e filosofia pretendo apresentar a crítica de Nietzsche à metafísica, à moral e à religião, a partir de sua obra tardia: *O anticristo*.

Palavras-chave: Crítica. Cristianismo. Metafísica. Moral. Religião.

Abstract

Nietzsche is a critic passionate by controversy. The aim of his philosophy is not to build altars, but to destroy idols and ideals. He became what he wanted to be: the bad conscience of his time. This is the challenge presented in his works. In an attempt to make this “dialog” between religion and philosophy I intend to present Nietzsche’s critique of metaphysics, moral and religion, from his late work: *The antichrist*.

Key words: Critique. Christianity. Metaphysics. Moral. Religion.



* **JASSON DA SILVA MARTINS** é Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando, bolsista PROSUP/CAPES, em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: jassonfilos@gmail.com

Introdução

Como se sabe, Nietzsche escreveu abertamente que desconfiava dos pensadores sistemáticos. De algum modo, essa postura conduz a uma pergunta preliminar: como caracterizar o seu pensamento? Aqui, para melhor apresentar o que proponho, ele pode ser descrito como um perspectivista e experimentalista, criador do estilo aforístico, marca registrada de sua expressão escrita. O núcleo do seu pensamento, na tentativa de aproximação do tema do presente dossiê, pode ser descrito como crítica àquilo que constitui as bases da civilização ocidental.

O núcleo do seu pensamento e a abordagem crítica são indissociáveis. Tal crítica remete aos menos a três núcleos temáticos que dialogam entre si, através da metafísica, da moral e da religião. A metafísica remete à moral e à religião; a religião remete à metafísica e à moral; a moral remete à metafísica e à religião. A crítica à religião, sobretudo à religião cristã e o ideal ascético defendido pelos seus sacerdotes será o ponto de partida adotado no presente texto. A crítica à religião, enquanto crítica ao cristianismo é um tema recorrente na atualidade, sobretudo, quando realizada em consonância com os outros dois núcleos da história das ideias: metafísica e moral.



Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900)

Crítica ao platonismo da religião cristã

A filosofia nietzschiana, no seu momento de demolição, culmina com a crítica cáustica ao cristianismo, em *O anticristo*: livro dedicado aos que têm ouvidos novos para uma música nova. Ao mesmo tempo, essa obra é a projeção, pela via negativa, do ultrapassamento de todos os valores nos quais a cultura ocidental, até agora, estava assentada. Nesse sentido, *O anticristo* está numa encruzilhada: por um lado, o golpe de misericórdia contra o pilar da moral do ressentimento, a moral ascética. Esse mesmo golpe, ao conceber o cristianismo como “platonismo para o povo”, por outro lado, derruba, também, o pilar da metafísica ocidental. Com a queda desses dois pilares, sustentadores da cultura como um todo, descortina-se uma nova aurora, uma nova e possível construção de uma humanidade mais alegre, enquanto possibilidade de crença num Deus que saiba dançar (Cf. NIETZSCHE, 2006, p. 77). Com tal demolição da moral, da metafísica e da religião, o caminho de volta a terra está livre e aí o homem poderia atender a exortação de Zaratustra:

Eu vos rogo, meus irmãos, permaneçam fiéis à terra e não acreditem nos que vos falam de esperanças ultraterrenas! Envenenadores, são eles, que o sabiam ou não. Desprezadores da vida, são eles, e moribundos, envenenados por seu próprio veneno, dos quais a terra está

cansada; que desapareçam, pois de uma vez! (NIETZSCHE, 2006, p. 36).

A luta travada por Nietzsche contra o cristianismo está descrita ao longo de toda a sua obra, e *O anticristo* é apenas a batalha final, a partir da qual Nietzsche pretende liberar o caminho para a criação de novos valores. Interessa, aqui, localizar o campo da batalha nos seus momentos mais altos, examinando a fase destrutiva.

Nietzsche abre *O anticristo*, num tom ácido contra o seu alvo de guerra, dando as razões por que merece a guerra: “O que é mais nocivo que qualquer vício? – A ativa compaixão por todos os malogrados e fracos – o cristianismo...” (NIETZSCHE, 2007, p. 11). No lugar do homem que deve ser o criador, o cristão representa o animal doente, porque seu poder nasce da fraqueza cuja única potência é despertar compaixão. Por isso, deve ser combatido, por ter travado uma *guerra de morte* ao tipo superior de homem que ele considera como o pernicioso, abominável, proscrito. O cristianismo tem que ser combatido, também, por sua oposição aos instintos de conservação da vida saudável, por sua corrupção daquelas naturezas intelectualmente poderosas, ensinando que os valores superiores do intelecto não passam de pecados, desvios, tentação. Enfim, o cristianismo deve ser combatido e criticamente condenado para que a cortina de corrupção do espírito do homem seja dissipada, como descreve Christoph Türrcke:

Em Nietzsche, o espírito humano assusta-se, de modo inédito, com sua própria inferioridade. Em vez de evidenciar-se semelhante a Deus, em vez de confirmar-se enquanto apogeu da criação e garante da verdade, ele chega a descobrir-se enquanto a fruta mais abstrata, mais fugaz, mais impalpável, de raízes

animais. O espírito não representa uma esfera superior e sublime acima da natureza repulsiva; forma, antes, um seu retrato, pálido e impotente, que, além disso, não se quer reconhecer como tal, acrescentando à sua fraqueza o defeito do autoengano (TÜRCKE, 1994, 72).

Nessa tarefa, Nietzsche reconhece que nada contra a maré, pois, comumente, associa-se o cristianismo à virtude, à divindade, mas, na verdade, não passa de decadência, de niilismo. O cristianismo se opõe à vida concebida como instinto de crescimento, de duração, de acumulação de forças, instinto de poder. Esses atributos, dos quais o homem é naturalmente dotado, faltam na valoração da vida cristã ancorada na compaixão, na piedade, que levam a uma ação depressiva em oposição à saúde, que eleva a energia do sentimento vital. No compadecimento, perde-se essa força instintiva degenerando e contradizendo a lei da evolução. A compaixão, enquanto ideal metafísico, conserva o que está maduro para o declínio e confere à vida esse aspecto duvidoso.

Conceitos importantes para o cristianismo, tais como: além, Deus, verdade, redenção, beatitude e compaixão... incitam o homem ao desprezo da sua natureza humana em detrimento de um ideal. Nesse sentido, o cristianismo é niilista, mesmo que sempre tenha sido pensado de modo diferente pelos seus sacerdotes. A crítica de Nietzsche soa como condenação: os sacerdotes são os profissionais na arte de negar, caluniar e envenenar a vida sobre a terra. É preciso restituir-lhes o lugar, opondo-lhes uma guerra, através da crítica implacável. Nietzsche enumera uma lista de razões para essa guerra. O objetivo é descobrir essa desnaturalização, que conduz a perda do sentido da realidade em nome de outra

realidade. Se há essa mudança na concepção da realidade, muda-se, também, a forma de conceber a verdade: “O que um teólogo percebe como verdadeiro *tem* de ser falso: aí se tem quase um critério da verdade” (NIETZSCHE, 2007, p. 15-16, grifos do autor).

O cristianismo, através de sua antropologia e de sua moralidade, está desconectado da realidade e inventa causas imaginárias (Deus, alma, espírito, liberdade) para efeitos imaginários (pecado, salvação, graça, castigo, remissão dos pecados), criando um comércio entre seres imaginários (Deus, espírito, almas), conhecidos através de umas ciências imaginárias: a psicologia, que discutirá os conceitos de arrependimento, remorso, tentação do demônio e a teologia, que tratará de questões como o Reino de Deus, o juízo final, a vida eterna. A crítica de Nietzsche é, justamente, contra a aceitação da imposição dessa natureza criada e elevada a *status* de verdadeira realidade, em detrimento da vida animal, instintiva. Tomar esse mundo fictício como real conduz a concepção de que o mundo natural é desprezível, que é desprezível o sensitivo, a sensualidade. Se tal metafísica dava sentido à vida do homem medieval, hoje em dia, após a crítica de Nietzsche, fica evidente a incapacidade vinculativa desta concepção de mundo ideal dentro do real.

Deus, o mundo suprassensível, enquanto o mundo que verdadeiramente é e que tudo determina, os ideais e ideias, as metas e fundamentos que determinam e suportam todo o ente, e em particular a vida humana, tudo isto é aqui representado no sentido de valores supremos. [...] Contudo, os valores supremos desvalorizaram-se já ao surgir o discernimento

[*Einsicht*] de que o mundo ideal não é, e nunca é, para realizar dentro do mundo real. O caráter vinculativo dos valores supremos começa a vacilar (HEIDEGGER, 2002, p. 257-258).

A crítica de Nietzsche não diz respeito apenas à moral e à religião. Ela atinge, também, o conceito de Deus. Ele processa uma genealogia do conceito de Deus, ressaltando uma transformação do Deus de Israel, para o Deus dos cristãos. O Deus de Israel ainda era um Deus de um povo que acredita em si, na sua potência e nas suas virtudes, que tinham um Deus como projeção dessa mesma força e rendia-lhe graças por isso. A religião é, nessas condições, uma forma de agradecimento. Um agradecimento a si mesmo, eis por que o homem precisa de um Deus com caráter demasiado humano: ser útil e prejudicial, ser amigo e inimigo, ser admirado tanto no bem como no mal. O Deus de Israel, enquanto um Deus que conhece a cólera, a vingança, a inveja, a astúcia, a violência era um Deus a altura do povo escolhido.

No entanto, com o colapso dos israelitas, entra em decadência, também, a sua fé no futuro, e a submissão lhe parece ser necessária. Deus, então, mudou a sua face, seu caráter foi reconfigurado. Essa mudança, no interior da cultura, tornou o povo medroso, humilde, levando-o a aconselhar a “paz de alma”, a pregar a ausência de ódio, a exigir a indulgência e até o amor para com os inimigos. Nessa mudança cultural – passagem do judaísmo ao cristianismo – Deus também se transforma: agora ele é invocado somente como bom. Não há alternativa para os deuses, diz Nietzsche, “*ou* são a vontade de poder – e enquanto isso serão deuses de um povo – *ou* a incapacidade de poder – e então tornam-se necessariamente *bons...*” (NIETZSCHE, 2007, p. 22, grifos do

autor). Um Deus decadente, sem impulsos viris, converte-se no Deus dos fisiologicamente fracos e impotentes. Essa transformação do Deus de Israel acarretará em um dualismo moral: por um lado, um Deus “bom em si” dos fracos e, por outro, a demonização do Deus dos fortes e vencedores. Eis o instinto de vingança que se encontra na construção da imagem de Deus, de sorte que tanto o Deus bom quanto o Diabo são frutos da decadência.

Deus concebido como imagem e semelhança do homem

Os teólogos querem fazer crer que essas diversas facetas de Deus é uma evolução no conceito de Deus, do Deus de Israel (Senhor dos exércitos) para o Deus cristão (Deus amor), como uma espécie de economia da revelação, onde a ação e o discurso divinos encontram o seu lugar no silêncio da mística, como descreve Jack Milles, em sua magistral biografia de Deus: “Esse vasto movimento da ação para o discurso e do discurso para o silêncio constitui um relato que pode ser chamado de teografia, diverso tanto da teologia como da biografia” (MILLES, 1997, p. 23). Como explicar essa passagem do forte e valoroso, para o fraco e medroso? Nietzsche, no seu processo de crítica severa a toda forma de teofania, nota que essa modificação, no interior da divindade, reflete apenas a imagem e semelhança dos judeus em processo de extinção cultural.

O povo errante, sem pátria, enfraquecido, acaba projetando toda a sua situação material na natureza da divindade, fazendo de Deus um sem pátria, um cosmopolita, um Deus metafísico, que não resiste à tentação dos diversos sinônimos: “ideal”, “espírito puro”, *absolutum*, “coisa em si”. Esta última característica, na história das ideias, tornou-se a ruína de um Deus. Esse é o processo, a partir da

leitura de Nietzsche, através do qual o Deus declina, transformando-se em Deus dos decadentes, transformando a sua própria identidade: torna-se um Deus que se opõe a tudo o que é vontade de viver:

O conceito de Deus – Deus como deus dos doentes, Deus como aranha, Deus como espírito – é um dos mais corruptos conceitos de Deus que já foi alcançado na Terra; talvez represente o nadir na evolução descendente dos tipos divinos. Deus degenerado em *contradição da vida*, em vez de ser transfiguração e eterna afirmação desta! Deus como fórmula para toda a difamação do “aquém”, para toda mentira sobre o “além”! Em Deus o nada divinizado, a vontade de nada canonizada!... (NIETZSCHE, 2007, p. 23, grifos do autor).

O cristianismo só pode ser compreendido no terreno em que foi fertilizado. O cristianismo é o fruto lógico do instinto judaico que reafirma a velha máxima: a salvação vem dos judeus. O cristianismo parece ser a antítese do judaísmo, mas, de fato, é a sua extensão e consequência prática. Consequência da forma de valorar do sacerdote judeu. O sacerdote judeu, no seu instinto de poder, no momento em que o judaísmo se desintegra enquanto povo forte; desintegra, também, a antiga imagem de Deus. A nova imagem de Deus, agora desnaturalizada através da sua interpretação sacerdotal, sentencia: toda felicidade é prêmio e toda infelicidade é castigo! Com isso, a moral assume o lugar da religião. Agora, a moral deixou de ser uma expressão da vida e do crescimento de um povo, tornou-se a antítese da vida. Agora, a fortuna é interpretada como prêmio e a desventura como castigo divino. Nessas novas condições, através do falseamento da nova imagem de Deus e da moral, pergunta-se Nietzsche, o que é moral

judaica e moral cristã?

Um deus que *exige* – no lugar de um deus que ajuda, que encontra saídas, que é, no fundo, sinônimo de toda feliz inspiração de coragem e autoconfiança... A *moral*, não mais é expressão das condições de vida e crescimento de um povo, não mais seu mais básico instinto de vida, e sim tornada abstrata, antítese da vida – moral como sistemático aviltamento da fantasia, como “mau olhado” para todas as coisas. *Que* é moral judaica, *que* é moral cristã? [...] O conceito de Deus falseado; o conceito de moral falseado (NIETZSCHE, 2007, p. 31, grifos do autor).

Nietzsche detecta a transformação do “Senhor dos exércitos” (imagem do Deus de um povo forte), em “ordem moral do mundo” (imagem de Deus do povo enfraquecido) e imputa responsabilidade aos sacerdotes. Foram eles, os primeiros intérpretes e transmutadores da verdade histórica: eles fizeram passar conceitos de natureza teológica (prêmio e castigo) por conceitos de natureza moral (bom e mau. Que significa, agora, a “ordem moral do mundo”? Significa um grande artifício ardiloso do sacerdote na sua transformação do conceito de Deus, interpretado segundo a vontade de poder do sacerdote. Essa nova ordem social, equivalente à nova ordem moral do mundo, é tão impactante, aos olhos de Nietzsche, que ele a estende à imagem de toda a filosofia moderna:

[...] a mentira da “ordem moral do mundo” perpassa a evolução inteira da filosofia moderna. Que significa “ordem moral do mundo”? Que existe, de uma vez por todas, uma vontade de Deus quanto ao que o homem tem e não tem de fazer; o valor de um povo, de um indivíduo, mede-se pelo tanto que a vontade de Deus é obedecida; que nas

vicissitudes de um povo, de um indivíduo, a vontade de Deus mostra ser *dominante*, isto é, punitiva e recompensadora, segundo o grau de obediência. A *realidade*, no lugar dessa deplorável mentira, é a seguinte: uma espécie parasitária de homem, que prospera apenas à custa de todas as formas saudáveis de vida, o sacerdote, abusa do nome de Deus: ao estado de coisas em que o sacerdote define o valor das coisas ele chama “reino de Deus”; aos meios pelos quais um tal estado é alcançado ou mantido, “vontade de Deus”; com frio cinismo ele mede os povos, as épocas, os indivíduos, conforme beneficiem ou contrariem a preponderância dos sacerdotes (NIETZSCHE, 2007, p. 32, grifos do autor).

O sacerdote é uma criatura inventiva. Ele abusa do nome de Deus, chamando “reino de Deus” a um estado de coisas por ele mesmo inventado, e chama de “vontade de Deus” aos meios em virtude dos quais semelhante estado se alcança ou se mantém e, com um cinismo incomum, avalia todos conforme esse novo metro avaliativo. A capacidade inventiva de criar, invertendo o sentido das noções, atinge um nível ainda mais elevado. Se, no começo, a inversão se dava do campo teológico para o moral, o sucesso dessa empreitada levou o sacerdote a aplicar conceitos de origem transcendente ao campo do imanente.

Jesus e sua não identidade com o cristianismo de Paulo

O cristianismo surge de dentro desse espírito de avaliação e o eleva ao grau máximo, segundo Nietzsche. Jesus, no entanto, não é o responsável por essa avaliação invertida. O cristianismo não pode ser confundido com a figura histórica de Jesus. Na origem, antes da apropriação pelo espírito judaico, o cristianismo, vivido por Jesus, era algo diferente. O cristianismo de Jesus,

segundo a interpretação de Nietzsche, não conhece o conceito de culpa e castigo e igualmente o conceito de recompensa, nem mesmo o conceito de pecado e remissão dos pecados, fé e salvação pela fé. Aplicados à prática de Jesus, esses conceitos não fazem sentido, pois a distância entre Deus e o homem é suprimida Nele, e é nisso que constitui a verdadeira Boa Nova.

Essa boa nova se mostra e é visível. A beatitude não é prometida, não é um conceito, ela é realizada, e tal exigência ele legou aos seus seguidores. Nietzsche elenca uma série de preceitos práticos que deveriam distinguir o cristão, através da prática: não oferecer resistência nem por palavras nem no coração; não fazer distinção de pessoas; não se aborrecer com ninguém e a ninguém menosprezar; não resistir, não defender o seu direito, não dar passo algum que afaste dele o fim; suplicar, sofrer e amar os que lhe fazem o mal; não se encolerizar... Na perspectiva de Wolfgang Müller-Lauter, a figura de Jesus é descrita, por Nietzsche, como a única figura capaz de superar todos os antagonismos: “*Viver a ausência de antagonismos significa: não fazer distinção entre homens, tampouco entre mim e aquele que se opõe a mim, não oferecer resistência, seja ela externa ou interna*” (MÜLLER-LAUTER, 2009, p. 150, grifos do autor).

A diferença entre Jesus e o cristianismo é que ele fez da prática, e não da fé, a Boa Nova. A vida de Jesus nada mais foi do que essa prática, e a sua morte, igualmente, foi consequência da sua prática. Ele não morreu para expiar o pecado do mundo, mas por ter desafiado a doutrina da casta sacerdotal, que tudo remete para o “além” para se manter no poder no “aquém”.

Este santo anarquista, que conclamou o povo baixo, os

excluídos e “pecadores”, a *chandala* no interior do judaísmo, a contrariar a ordem dominante [...] foi um criminoso político, na medida em que criminosos políticos eram possíveis numa comunidade *absurdamente apolítica*. Isso o levou à cruz: a prova disso é a inscrição na cruz. Ele morreu por sua culpa – falta qualquer razão para dizer, por mais que se tenha dito, que ele morreu pela culpa dos outros (NIETZSCHE, 2007, p. 34, grifos do autor).

Esse alegre mensageiro morreu pelos seus próprios pecados. Em outras palavras, a morte de Jesus é interpretada, por Nietzsche, em uma perspectiva essencialmente política. Ele não morreu para redimir os homens, mas para mostrar como cada um deveria viver. A Boa Nova de Jesus, visível na sua prática, é seu legado à Humanidade, e o cristianismo de Paulo foi incapaz de levar adiante. Essa interpretação de Jesus, em boa medida, lembra a interpretação realizada por Strauss, na sua famosa *Vida de Jesus*, publicada, originalmente, em 1863.

Aceita-se que Jesus foi executado por ordem do procurador romano; mas não fica visível que o ministério de Jesus havia diretamente inquietado este personagem. É mais plausível admitir, como os Evangelhos contam que as autoridades judaicas, despojados pelos romanos do direito de vida e de morte, esforçaram-se para conduzir o procurador romano para servir as suas opiniões, ao transformar em agitador político o homem que eles queriam separar [*perdre*] do interesse da hierarquia. O caráter político de sua própria ideia messiânica lhes forneciam os meios. Jesus tinha se apropriado da ideia, não sem hesitação e após ter desenvolvido diversas alianças políticas; mas esta é uma depuração

[*épuration*] da qual mesmo o povo e os discípulos ainda não tinham se dado conta, porque lhes eram incompreensíveis. As autoridades judaicas poderiam, então, apresentar [Jesus] a Pilatos, sob cores políticas em um dia perigoso, dado o sucesso de Jesus, o procura da multidão aos seus sermões, as honras que lhe tinham rendido em sua entrada na capital (STRAUSS, 1866, p. 340-341).

Mas o Cristianismo de Jesus se degenera no cristianismo de Paulo. A Boa Nova morre na cruz. Nesse sentido, para Nietzsche, falar em cristianismo é um equívoco, pois só existiu um único cristão, e esse foi pregado na cruz. O que desde o instante da morte de Jesus foi elaborado e apresentado sob a figura do Cristo é algo bem diferente. O que se chamou Evangelho, na verdade é *disangelho*, uma má nova (Cf. NIETZSCHE, 2006, p. 45), pois não é a fé que identifica o cristão, mas a prática. E a prática tem desmentido a própria fé, age-se por instinto de vingança e não por aquilo que conscientemente se diz acreditar. A prática de Jesus o levou livremente e sem ressentimentos até a morte. Mas não é o que sucede com seus discípulos, esses agem com ressentimento, inventando a fé no Reino de Deus que julgará os seus inimigos. Jesus morre até pelos inimigos, e aí vêm os discípulos e invertem tudo, criando o Reino de Deus como instância julgadora dos inimigos. Jesus não pregou o Reino para outro mundo, como instância julgadora desse, ele simplesmente o viveu.

Para Nietzsche, portanto, foi a partir desse momento que as doutrinas sobre o Juízo Final, da parusia, da morte concebida como expiação e da ressurreição entraram progressivamente naquilo que iria constituir o fundamento e o tipo mesmo do Salvador. A ressurreição,

sobretudo, representa para ele a concepção crucial pela qual foi escamoteada a única e verdadeira realidade do Evangelho: a beatitude (ALMEIDA, 2005, p. 186).

Os discípulos vão mais longe, inventam uma teoria assustadoramente absurda sobre a entrega do Filho por Deus como sacrifício para remissão dos pecados do mundo. Inventam, ainda, a ressurreição, escamoteando toda a noção de beatitude. Prometem a imortalidade pessoal para um após morte, mas fica na promessa. O cristianismo promete tudo, mas não cumpre. Jesus nada prometeu e muito realizou.

Nietzsche não teme nomear o responsável por esse *disangelho*: Paulo. É em Paulo que se consoma o desvio do cristianismo e se reintroduz para dentro do cristianismo o espírito judaico, o espírito do sacerdote ressentido. A partir de Paulo a doutrina do juízo e da segunda vinda, a doutrina da morte como *morte sacrificial* e a doutrina da ressurreição recebe estatuto teológico definitivo, e, com isso, escamoteou-se, definitivamente, a Boa Nova. A fórmula paulina “se Cristo não ressuscitou, então a nossa fé é vã” faz de Paulo, segundo Nietzsche, o tipo antagônico do “alegre mensageiro” e faz de Paulo o “gênio do ódio”, o “mensageiro da má nova”.

O início do cristianismo é, também, o início da exaltação da vontade de poder do apóstolo Paulo. Afinal, “Se não há um Deus que fez da terra o centro do mundo, ela tem de ser organizada *como se fosse* ela o centro; e apenas a humana vontade de poder consegue isto” (TÜRCKE, 1993, p. 159, grifos do autor). Paulo sacrificou a sua própria interioridade em nome do Cristo que ele pregava. Com esse sacrifício, demasiado humano, sacrificou o Redentor, a vida, o exemplo, a morte, o sentido original do Evangelho.

Segundo o diagnóstico de Nietzsche, Paulo queria o poder e foi maestro nessa vontade. Ele tinha necessidade do poder, pois, no fundo, “ele não tinha necessidade da vida do redentor – precisava da morte na cruz e alguma coisa mais” (NIETZSCHE, 2006, p. 49) e, assim, conseguiu o poder e os meios para manutenção e ampliação do poder, através da religião. A todos igualou, fazendo do ressentimento das massas a sua “*principal arma contra nós, contra tudo o que há de nobre, alegre, magnânimo na Terra, contra nossa felicidade na Terra...*” (NIETZSCHE, 2006, p. 49, grifos do autor). Através de um único golpe, como foi afirmado acima, a inversão da realidade foi confirmada.

Conclusão

Ao conceder a imortalidade a cada Pedro e Paulo, a realidade do aquém passou ao domínio do além, o *pathos da distância* foi suprimido. A revolta de Jesus contra a casta sacerdotal, nos primórdios, agora é sinônimo de revolta do cristianismo contra a humanidade.

Paulo deslocou o centro da gravidade de toda a existência para a retaguarda dessa existência: para a ideia do Jesus ressuscitado, transformado em verdade metafísica, em reino de Deus. Nessa mentira ancorou a imortalidade pessoal, espalhando a desconfiança contra a razão, os instintos benéficos vivificantes e a garantia de futuro. Com Paulo, ocorre a virada antropocêntrica, já descrita nas críticas de Feuerbach e Marx, onde o essencial agora é a outra vida. O sentido da vida, após o cristianismo de Paulo, é retirado do interior do homem e deslocado para um além, para o nada.

Isso basta para afirmar que a crítica de Nietzsche ao cristianismo foi realizada de um modo visceral e profundo, não menos apaixonado. Críticas ao cristianismo sempre ocorreram na história, no entanto, nenhuma crítica feita ao cristianismo chegou aos fundamentos como a crítica de Nietzsche, enquanto má consciência da sua época. Nesse ponto, podemos perguntar se se trata de uma crítica rigorosa e com propriedade ou se ela é apenas uma perspectiva de avaliação. A tarefa de saber se a moral cristã e o cristianismo valoram contra a vida, e se é possível reconciliar Nietzsche com o cristianismo, é uma tarefa para teólogos.

Referências

- ALMEIDA, Rogério Miranda de. **Nietzsche e o paradoxo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HEIDDEGGER, M. A palavra de Nietzsche Deus está morto. In: _____. **Caminhos da floresta**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- MILLES, Jack. **Deus: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. **Nietzsche: sua filosofia dos antagonismos e os antagonismos de sua filosofia**. São Paulo: UNIFESP, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo: maldição ao cristianismo / Ditirambos de Dionísio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- STRAUSS, David Friedrich. **Nouvelle vie de Jésus**. Paris: J. Hetzel et A. Lacroix, 1866, Tomo II.
- TÜRCKE, Christoph. **O louco: Nietzsche e a mania da razão**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. Nietzsche e seu ataque aos ideais. In: _____. (Org.). **Nietzsche: uma provocação**. Porto Alegre: UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1994, p. 69-81.